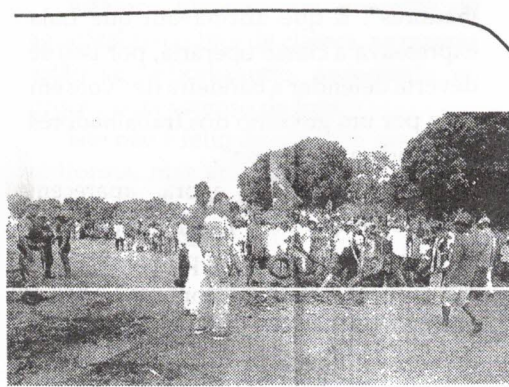


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETARIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 256 - DE 17 A 31 DE MARÇO DE 2003 - R\$ 1,00

Nossa posição diante da Alca:



Que o governo Lula imediatamente rompa com a Alca
Que cesse imediatamente o pagamento da dívida externa
Que anule o acordo de entrega da Base de Alcântara
Que assim defenda a independência nacional, não descarregue a crise sobre as massas e atenda as reivindicações dos explorados, de emprego e salário e terra aos camponeses
Que as organizações sindicais e populares formem comitês, convoquem manifestações de rua por essas bandeiras

Os sem-terra e a política do governo Lula Direção Nacional do PT aprova as diretrizes impostas pelo capital financeiro internacional

Combater a guerra dos EUA contra o Iraque
Pela Autodeterminação dos povos (direito do Iraque se armar)
Contra as resoluções intervencionistas da ONU
Organizar a luta antiimperialista

Prossegue a luta de massas na Bolívia

Direção Nacional do PT aprova a diretriz econômica do grande capital

Devido a posições públicas divergentes de alguns parlamentares da esquerda petista, realizou-se a reunião do Diretório Nacional, com o objetivo de aprovar a política econômico-financeira do Ministro Palocci e assim impor aos descontentes as condições de permanência no partido.

A esquerda reclama que o governo Lula não está cumprindo o programa partidário. Com esse argumento, veste-se de legitimidade para se opor e criticar publicamente. A solução para o impasse da "legitimidade" foi simples. O Diretório jogou no lixo um monte de documentos e resoluções do passado contra o neoliberalismo e reafirmou o seu programa neoliberal expresso na "Carta aos Brasileiros".

O Ministro Palocci e José Dirceu, bem como o presidente do PT, José Genoíno, já haviam dito que a esquerda não tinha razão quanto às acusações de incoerência porque a mudança de posição já havia sido feita na "Carta aos Brasileiros", aprovada no Encontro Nacional do partido. E que a esquerda ficou com a Carta ao fazer campanha pela vitória do PT.

No entanto, para colocar definitivamente uma pedra sobre as reclamações das esquerdas, o Diretório Nacional homologou tudo que está sendo implementado pelo governo PT/Lula.

Mas há ainda um argumento em favor da direção majoritária (Articulação) e do governo. Ocorre que as correntes não rejeitaram postos administrativos no governo. Espalharam sua militância do mais alto escalão ao mais baixo. Um dos exemplos: do Ministério do Desenvolvimento Agrário às superintendências do Inca. A direção do PT exige coerência das esquerdas, justamente por fazerem parte do governo. É o que diz

Genoíno ao parlamentar Ivan Valente, dirigente da Força Socialista: "Vocês são governo, sim. Não só porque são do PT, mas porque nomearam integrantes de suas correntes para cargos importantes. Portanto, é bom se enquadrarem".

Estão feitas a advertência e a ameaça de expulsão.

O problema para as esquerdas é que são parte fisiológica do reformismo petista. Expressam a ilusão e o oportunismo de que pela via eleitoral era e é possível constituir um governo de reformas populares ao capitalismo.

Com essa visão, se comportaram como oposição de esquerda e fizeram carreira parlamentar. Agora, estão atrapalhadas. Não podem assumir plenamente que o PT é um partido da ordem capitalista e, como tal, teve de se enquadrar ao real poder do capital financeiro e dos monopólios. E não podem romper com esse partido mostrando que é contra-revolucionário e que a experiência demonstrou que o reformismo é inaplicável nas condições de decadência do capitalismo, tornando-se refém do imperialismo. Sobretudo, a esquerda oportunista, que tem nos seus ombros a responsabilidade desse governo, não tem como reconhecer que sua posição histórica na construção do PT é do reformismo contra-revolucionário. Então, esperneia de lá para cá, no estertor de um moribundo.

Uma parte provavelmente vai cuidar definitivamente de sua carreira no Estado burguês e outra se desgarrará a procura de um novo partido eleitoralista de esquerda. O PSTU está aí com as portas abertas para tal partido. Há também novo projeto de um partido que não tenha o PSTU como espinha dorsal.

O fundamental a se entender é que

essa militância viciada em eleições e cargos não só não pode pôr em pé um novo partido da classe operária como é adversária do partido revolucionário (marxista-leninista-trotskyista).

Está colocado sim a construção do partido-programa. O POR vem trabalhando por esse objetivo e suas posições perante o PT têm sido totalmente confirmadas, diferenciando-nos inclusive da esquerda que está fora do PT, mas que até ontem defendiam a bandeira de "Vote no PT, por um governo dos trabalhadores". E que afirmavam que Lula expressava a classe operária, por isso se deveria defender a bandeira de "vote em Lula por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo".

Essas correntes agora aparecem como oposição ao PT, mas não fazem uma autocrítica de suas posições seguidistas ao reformismo e por terem estabelecido uma estratégia de um governo democrático-burguês, sob a bandeira do governo dos trabalhadores. Ao contrário, fazem de tudo para esquecer e esconder seu passado petista.

A idéia de um novo partido, sem dúvida, será um atrativo para a maior parte dessas correntes. A crise interna do PT logo terá um desfecho. As posições pró-capitalistas e de adaptação ao imperialismo do governo PT/Lula repercutirão mais ainda nas suas fileiras. Os militantes que não chegaram a se romper no reformismo de direita ou de esquerda poderão reconhecer que estiveram no campo da política burguesa e assumir a política do proletariado, que é a do marxismo. A luta intransigente contra o PT e suas expressões oportunistas de esquerda poderá ajudar uma parte da militância a compreender a necessidade do partido revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Crise testa o governo PT/Lula

Por todos os lados, o governo da "mudança" se vê pressionado por acontecimentos que têm por detrás o avanço da crise mundial do capitalismo. As potências estão diante da superprodução, recessão e agigantamento do parasitismo financeiro. Cresce a disputa interimperialista em toda parte e com ela os choques protecionistas. A maioria dos países atrasados, semicoloniais, não consegue sair do atoleiro do endividamento interno e externo. O desemprego e a fome continuam a avançar, sem que os capitalistas possam encontrar meios de suavizá-los. É nessa situação que os Estados Unidos ampliam o intervencionismo econômico e militar. Indica que as forças produtivas se encontram bloqueadas pelas relações monopolistas de produção e pelas respectivas fronteiras nacionais.

Com particularidades, o Brasil expressa contundentemente a crise mundial. O pacto pré-eleitoral do PT/Lula com o capital internacional de respeitar acordos e contratos tornou o governo refém dos credores e o colocou numa posição débil diante das pressões do imperialismo. Já nos primeiros dias, mostrou-se incapaz de traçar uma política independente e de defender a soberania do Brasil. Ao prosseguir as diretrizes fundamentais do governo FHC, deu curso às pressões desintegradoras da crise mundial.

A débil economia semicolonial, profundamente golpeada pelo saque do capital financeiro e monopolista, pelo esbanjamento da burguesia nacional e por toda sorte de corrupção, continua a assimilar os impactos das exigências do imperialismo. Isso em condições de maior agravamento dos desequilíbrios internacionais, no qual os Estados Unidos se encontram no epicentro.

As primeiras medidas do governo PT/Lula foram justamente a de favorecer o endividamento, atuar em favor da estagnação econômica, golpear conquistas sociais e manter os mecanismos de superexploração do trabalho.

Medidas recessivas e antipopulares

A meta de atingir superávit primário de 4,25% vem obrigando o governo a manter a brutal carga tributária, realizar contenção orçamentária, sustentar a política monetária de juros altos, prosseguir com a reforma neoliberal de destruição de conquistas sociais (Reforma da Previdência), esmagamento do salário mínimo e seguir com o arrocho sobre o conjunto dos assalariados. Trata-se de uma política recessiva. E como tal o peso da crise recai sobre os trabalhadores.

Choque com o MST

O governo traçou sua reforma agrária nos moldes de FHC: assentamentos a conta-gotas. O argumento de que o MST agora está diante de um governo de diálogo não resolve a situação emergencial de 80 mil famílias acampadas e na penúria. Assim, os primeiros conflitos contra o governo PT/Lula aparecem com a retomada de protestos e ocupações.

Em pouco tempo, evidenciou o compromisso da política econômica com o grande capital.

Ou os camponeses lutam pela terra e enfrentam o governo, ou permanecem vegetando sob as lonas. O fato do Ministro de esquerda (Democracia Socialista), Miguel Rosseto, acionar a polícia federal indica a política de Estado para o problema da terra. São os primeiros sintomas do exercício da ditadura de classe da burguesia contra os explorados.

A democracia pequeno-burguesa exortada pelo PT e suas correntes de esquerda serve aos interesses dos latifundiários. A reforma agrária pacífica e de amortização da luta de classes no campo mostra-se prematuramente inviável.

Caracterização das FARC

Os Estados Unidos têm por objetivo uma intervenção militar mais ampla na Colômbia. Para isso, vem preparando o terreno. Usa o fantoche Álvaro Uribe

para exigir de Lula a caracterização das FARC de terrorista. Por enquanto, o PT foge de qualquer caracterização. Mas as pressões vêm sendo acatadas por meio da exigência dos Estados Unidos para que o Brasil se coloque sob sua política de combate ao narcotráfico na América Latina.

É por essa via que o militarismo norte-americano penetra com o objetivo imperialista de dominação. O enfrentamento ao narcotráfico é uma máscara para o intervencionismo. Os Estados Unidos são os maiores consumidores de drogas e seus banqueiros fazem lavagem de dinheiro, obtendo alta lucratividade. Não se pretende de fato liquidar a burguesia narcotraficante. A colaboração do Sivam com Uribe é colocá-lo a serviço da estratégia dos Estados Unidos.

O imperialismo exige do Brasil uma participação ativa e subordinada ao Plano Colômbia traçado pelos Estados Unidos. Necessita esmagar a guerrilha das FARC para melhor manter seu domínio. O fato do governo PT/Lula receber Uribe e estabelecer laços de cooperação dá um passo em favor do plano pró-imperialista.

Frente ao genocídio dos Estados Unidos

A guerra contra o Iraque é inevitável. Será um genocídio. Ninguém mais duvida que os Estados Unidos pretendem dominar a região petrolífera. A posição de solução pacífica é cômoda e perigosa. É preciso caracterizar como guerra de dominação imperialista. O que implica defender incondicionalmente a autodeterminação do Iraque e de todos os povos oprimidos.

O alinhamento do governo Lula ao bloco imperialista França/Alemanha, que se mascara de pacifista, impede uma verdadeira resposta contra a guerra de saque e dominação. As potências europeias usam as pressões militares norte-americanas sobre o Iraque para desarmá-lo e ganhar maior influência sobre o governo de Saddam Hussein. A chamada saída pacífica é de domesticar

o governo nacionalista, que insiste manter o controle do petróleo pelo Iraque.

O PT, ao assumir essa posição, em nome da paz contra a guerra, não faz senão ser arrastado pelo conflito interimperialista. Assim, não defende a autodeterminação dos povos, que como tal deve ser incondicional e irrestrita. O que quer dizer defender o direito do Iraque controlar as riquezas nacionais, armar-se como bem entender, ter seu próprio governo, sendo ou não ditadura, e que só o povo iraquiano pode modificar essa situação. Somente por meio das lutas internas é que se pode decidir o tipo de armamento, a natureza do regime político e as formas de uso das riquezas nacionais.

O imperialismo é justamente o contrário. Atua por cima das fronteiras nacionais dos países semicolônias, com o objetivo de controlá-los e

saqueá-los. Veste a máscara da democracia, da chamada segurança mundial e da cooperação pacífica dos povos para justificar sua dominação à base da prepotência militar. Usa todas as variantes da violência reacionária, incluindo o terrorismo. Se o governo for nacionalismo democrático, derruba-o colocando em seu lugar uma ditadura amiga. Se for uma ditadura nacionalista, derruba-a e a substitui por um governo democrático-títere, amigo.

Defender a paz contra a guerra, sem se colocar pela destruição do imperialismo e fim do capitalismo é falsear a realidade, mentir para as massas e arrastá-las por detrás de uma das frações do imperialismo.

Os trabalhadores devem exigir que o governo PT/Lula rompa com a política do grande capital, cumpra imediata-

mente suas promessas de emprego, fim da fome e reforma agrária, e que coloque-se numa posição antiimperialista frente à ofensiva genocida do governo Bush. Devem levantar a bandeira de armamento do povo oprimido para enfrentar a invasão imperialista. Com armas na mão, o povo iraquiano terá como defender a autodeterminação.

Apoiado no movimento internacional do proletariado, o Iraque terá como se defender e a derrota do imperialismo poderá ser alcançada pela luta mundial de todos os oprimidos. Lembremos que Os Estados Unidos já foram derrotados no Vietnã por um povo armado e disposto aos maiores sacrifícios para defender sua autodeterminação. É esta a situação que se coloca hoje na iminência da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque.

A burguesia pune os explorados pelos crimes de sua fração narcotraficante

Fora as tropas do exército do Rio de Janeiro

Os acontecimentos das últimas semanas no Rio de Janeiro mostram o tamanho da força do crime organizado. O narcotráfico é um negócio marginal da burguesia que se agiganta pela desintegração do capitalismo mundial. As frações burguesas que controlam o tráfico de drogas impuseram uma rota de fabricação, refinamento e distribuição, de forma a atender os mercados consumidores, concentrados na Europa e nos EUA. Nessa trajetória, o Brasil ocupa papel de refino e distribuição. Uma pequena porcentagem da droga é desviada para o consumo interno. O aumento da miséria e a falta de perspectiva de vida e trabalho para toda uma parcela da juventude a empurra para as mãos dos traficantes, que tomam o lugar do Estado no interior das favelas e bairros mais carentes. Enquanto isso, os grandes empresários da droga se apoderam de espaço no interior do Estado burguês. Dentre as quadrilhas burguesas que

dirigem o Estado capitalista, figuram as ligadas ao narcotráfico, que disputam com as demais o poder político e econômico.

As disputas entre as quadrilhas de narcotraficantes pelo mercado de drogas e pelo controle das rotas milionárias para o exterior têm chegado ao combate armado. Essas disputas se projetam por dentro do Estado e do aparato repressivo (polícia). O desafio de grupos ao governo do Rio de Janeiro é expressão dessas disputas, às quais está vinculada à prisão de Fernandinho Beira Mar e às execuções de vários líderes de quadrilhas ao final do ano passado.

A burguesia responde ao agravamento desses conflitos, que se espalharam pelas ruas da cidade, com a repressão sobre os moradores dos morros e favelas. Os capitalistas das drogas, que moram longe das favelas, ficam ilesos. E para piorar as coisas, o governo federal do PT envia o exército

para aumentar a repressão sobre os favelados. Discute-se a possibilidade de mudar a legislação para favorecer a repressão. A governadora Rosinha vai à imprensa e afirma que os direitos humanos não se aplicam a quem está preso. E quem está preso? Na esmagadora maioria, praticantes de pequenos delitos, movidos pela miséria. A burguesia narcotraficante sempre escapa e fica impune.

O narcotráfico é um problema criado pelos capitalistas, e agigantado pela desintegração do capitalismo. A repressão às favelas não o combaterá. Exijamos o fim da repressão às favelas e que o governo Lula retire as tropas do exército do Rio. Formemos tribunais populares para julgar e punir de verdade as quadrilhas burguesas, que estão no Estado. Só o armamento e a autodefesa da população oprimida poderá pôr fim à violência criada pelo capitalismo.

Lula aplica política do Robin Hood às avessas: tomar dos pobres para dar aos ricos

As primeiras medidas econômicas tomadas pelo governo Lula são claramente recessivas. Os cortes nos gastos públicos, elevação dos juros, confisco pela alta de impostos e permanência da CPMF, elevação dos preços dos combustíveis e tarifas públicas e salário mínimo de fome, tudo isso impõe um breque na economia, arrojando salários e estrangulando o emprego. E a reforma da previdência, que tem como essência arrancar dinheiro da miséria paga aos aposentados para favorecer os banqueiros (setor de maior lucratividade no mundo) é o ponto mais grave dessa política.

Cortes de gastos

Os cortes de gastos públicos realizado pelo governo se deu fundamentalmente sobre os setores sociais, nem mesmo a vitrine do governo do PT/Lula, o Fome Zero, escapou. Cortes nos investimentos de integração regional, das cidades, dos transportes, configuram a intenção governamental de garantir o sustento do parasitismo financeiro cortando na própria carne. O volume de cortes levou as contas públicas para o expressivo superávit de 7% do PIB, um novo recorde, e bem acima das metas fixadas com o FMI ou pelo próprio governo. Trata-se de uma grande massa de capital que será carregada para os cofres dos credores das dívidas interna e externa.

As conseqüências desses cortes são: a) a redução brutal dos investimentos públicos implica numa desaceleração da economia, pelo volume de recursos e da participação do Estado na economia semicolonial atrasada. Tem conteúdo recessivo, que implicará o estrangulamento do emprego e mais arrocho salarial. b) menor possibilidade de resposta estatal ao problema da fome. Até agora, o programa não deu um único passo concreto, e com menos dinheiro não poderá dar. c) deterioração de setores sob controle público, como a manutenção de estradas, e favorecimento das privatizações.

Elevação dos juros

O governo Lula tem elevado os juros e favorecido a lucratividade dos banqueiros, que cresceu em valores brutos mais de 80% em um ano. O pretexto é o controle da inflação e da política monetária. Mas temos visto que a inflação tem se avolumado e atacado com mais força justamente os produtos de primeira necessidade, e que o principal fator de elevação dos preços são os aumentos das tarifas públicas e reajustes de combustíveis, realizados pelo próprio governo. A burguesia, para se proteger e se favorecer, tem se apoiado em diferentes índices de inflação: quando interessa aumentar os lucros, reajusta preços pelo IGPM, que tem como componente a variação do dólar; quando não interessa reajustar salários, vem com índices maquiados (IPC), que excluem o dólar e que se não se apóiam fundamentalmente no custo de vida.

A elevação de juros inibe os investimentos na produção,

porque os torna mais caros e porque torna a especulação mais atrativa. Assim, essa medida também tem conteúdo recessivo.

Permanência da CPMF e da tabela do Imposto de Renda

Ao não corrigir a tabela do imposto de renda, o governo vai arrecadar mais impostos de mais gente. Vai atingir mais quem ganha menos. Muitos que antes não pagavam, por terem salários mais baixos, agora terão de pagar. E a preservação da CPMF mantém o confisco geral, pois ataca todos os assalariados, e relativamente mais de quem ganha menos. O imposto criado e apresentado como uma contribuição emergencial para a saúde pública virou caixa para os banqueiros e se tornou permanente. E o governo Lula, eleito criticando o favorecimento da especulação realizado por FHC, mantém e aprofunda essa linha.

Elevação de preços de combustíveis e tarifas, salário mínimo de fome

Os preços de combustíveis e tarifas públicas superou em muito a variação da inflação. As multinacionais que compraram as distribuidoras de energia multiplicaram seus preços e lucros. Os impostos arrecadados com a venda de combustíveis cresceram vertiginosamente, junto aos preços. Mas as conseqüências, que foram os aumentos de preços de todos os produtos, mercadorias e serviços, são pagos pelos assalariados. A volta da inflação, que se deu no final do governo de FHC, é mantida pelo governo do PT/Lula. E a preservação do salário mínimo de fome sela o destino de milhões de explorados que vivem sob miséria. Os pretextos são vários, mas o resultado é um arrocho salarial que impulsiona a miséria das massas.

Conjuntura mundial pressiona

As medidas econômicas tomadas pelo governo Lula são expressão das necessidades e do controle do grande capital sobre o Estado e o governo que o dirige. Muitos esperavam do governo que aliasse resoluções assistencialistas e algumas migalhas às medidas favorecedoras dos capitalistas. Mas os passos da crise mundial, que se reflete sobre o país, encurralou o governo e o obrigou a esmagar o próprio "Fome Zero".

As tendências da crise mundial são de maior retrocesso na economia. Ao se apoiar na política monetarista e artificial aplicada durante os governos de FHC, Lula vai criando as condições para novos futuros baques, que só favorecerão os credores e especuladores, aumentarão a crise política e social.

As massas têm de responder à ofensiva capitalista com a mobilização nacional independente. Impulsionar a luta pelas reivindicações, combater a linha de conciliação (Pacto Social), denunciar a aplicação da política neoliberal pelo novo governo, essas são as tarefas colocadas, que estão ligadas à construção do Partido Operário Revolucionário.

Os sem-terra que vivem sob lonas não podem prologar a trégua dada ao governo Lula por sua direção

Após um período de trégua, o Movimento Sem-Terra (MST) retomou as ocupações. Seus dirigentes anunciaram novas investidas, para abril, contra os latifúndios, marchas e ocupações de prédios do Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária). O objetivo é o de apressar o governo PT/Lula a assentar os acampados. Dizem também que atuam na pressão parlamentar, exigindo a aprovação de um projeto que delimite o tamanho máximo de uma propriedade e a proibição de bancos e empresas estrangeiras, sem vínculo com a agricultura, de poder comprar terras. Também querem a revogação da legislação que impede a vistoria de terras improdutivas se forem ocupadas pelos camponeses.

A situação no campo tende a se agravar. O governo FHC não cumpriu com as promessas de assentamentos. Hoje são aproximadamente 400 mil camponeses que estão acampados à espera da terra. Sob a direção do MST são 496 acampamentos, num total de 62.198 famílias. A Contag tem 375 acampamentos, com 33.827 famílias. Nos oito anos de governo FHC, a concentração de terra se ampliou. Mais de um milhão de pequenas propriedades foram anexadas às grandes propriedades.

A massa de camponeses, vivendo debaixo de lonas, pressiona o novo governo a apressar o programa de assentamentos prometido.

As ocupações recentes recrudesceram o conflito entre camponeses e latifundiários.

O assassinato do presidente da Associação dos Assentados de Mascatinho

No dia 10 de março, José Cândido da Silva foi assassinado. Estava já marcado para morrer. José Cândido foi morto porque denunciou ao Ibama, ao Incra e à prefeitura a ação de madeiras no desmatamento de uma área de preservação florestal. Exigia punição por parte do governo às madeiras que devastam as



florestas para comercializar a madeira da região da Mata Atlântica.

Os assentados de Mascatinho, localizado em Pernambuco, são 62 famílias e estão há cinco anos ocupando 600 hectares, rodeado por 200 hectares da reserva. Denunciam que as motosserras e machados atravessam as noites desmatando a reserva. Temem também o assassinato de outros membros do acampamento.

Polícia militar deixou feridos na desocupação de sem-terra em Goiás

A polícia militar reprimiu os ocupantes da Fazenda Bandeirante, em Nova Crixás, Goiânia. Essa fazenda tinha sido ocupada por 300 camponeses do MST. Tratavam de famílias que desde agosto estavam vivendo às margens da Rodovia GO-164, depois de terem sido expulsas da fazenda do latifundiário Wagner Canhedo. Na ação de despejo, a polícia feriu à bala 5 sem-terra.

MST ocupa por algumas horas a Usina de açúcar Itapetingui

Cerca de 500 trabalhadores sem-terra ocuparam a Usina de açúcar, que está desativada há mais de oito anos. Os ocupantes são os que vivem às margens da Rodovia BR-324, em Amélia Rodrigues, próximo de Salvador. Há mais de um

ano, debaixo das lonas, na rodovia, exigem o assentamento por parte do governo.

Camponeses bloqueiam a BR-104

Camponeses sem-terra realizaram o bloqueio da rodovia, perto de Maceió. Reivindicam a desapropriação de 20 áreas ocupada há mais de 4 anos, cestas básicas, eletrificação no assentamento Jubileu 2000 e vistoria em duas fazendas ocupadas esse ano. O novo superintendente do Incra, Mário Agra (PT-corrente Democracia Socialista), para retirar o bloqueio, prometeu aos camponeses uma reunião com o ouvidor agrário nacional.

Ocupação do Incra em Cuiabá

Os trabalhadores sem-terra reivindicam do governo medidas para assentar os acampados. O governo puniu dois líderes do movimento, acusando-os de depredação do patrimônio público. Já abriu inquérito policial.

Governo exige a retirada dos camponeses que ocuparam a Fazenda Santa Luzia

A Fazenda Santa Luzia, no Paraná, foi ocupada no início de março. Através

da Justiça, com o pedido de reintegração de posse, exige que os camponeses abandonem o local.

Alckmin impõe a retirada dos sem-terra da Fazenda Alambari

A fazenda Alambari fica na região de Sorocada, em São Paulo. O governo expulsou os camponeses, que voltaram para às margens da Rodovia Castelo Branco.

Em Mogi-Guaçu, os sem-terra que ocupavam a fazenda Campininha foram retirados.

O governador do PSDB deixou claro: "Se invadiu vai ter de desinvadir".

Os fazendeiros estão prontos para usar a força contra os camponeses

Os fazendeiros por meio da União Democrática Ruralista (UDR) mandaram uma carta ao Ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, exigindo providências contra as ameaças de novas ocupações por parte do MST. Diz a carta de consulta: "Uma vez que o fora-da-lei avisou que vai atacar, invadir, eles querem saber até onde podem ir na defesa da propriedade e se podem recorrer à violência". Na verdade, é um aviso ao Mi-

nistro. Os latifundiários estão se preparando contra as ações do MST. Para isso, farão um encontro nacional de associações e sociedades ruralistas, em Cuiabá, onde discutirá a política do Ministro Rosseto e do presidente do Incra, Marcelo Resende, tidos como omissos diante dos atos dos sem-terra.

A UDR do Paraná anunciou a criação de um grupo armado para defender as propriedades. Diz que organiza uma "segurança particular", tendo em vista as omissões das autoridades federais e estaduais.

O PFL, por meio de Jorge Bornhausen, reivindica do governo PT/Lula medidas duras contra as ocupações dos sem-terra. O parlamentar a serviço da UDR e dos latifundiários ataca o governo dizendo que é "irresponsável diante da situação do campo". E conclui que isso tem levado os fazendeiros a se armarem.

Não confiar no governo PT/Lula Confiar na luta de classes

Não há nada novo nessa situação. É a luta de classe no campo sob o novo governo. O problema está em como os camponeses e latifundiários vêem a administração do PT/Lula.

O MST apoiou o PT nas eleições. E o PT procurou apoio de uma parte dos la-

tifundiários. E agora as forças em choque cobram do governo resultados. O MST quer que os assentamentos sejam ativados maciçamente. E os latifundiários querem garantir a propriedade da terra.

O governo da negociação e da reforma agrária pacífica está entre dois fogos. O governo FHC também sofreu grandes pressões, mas era uma administração definitivamente pró-latifúndio. O governo do PT/Lula não poderá ficar por muito tempo como apaziguador da "guerra" no campo. Seu campo de manobra é o do Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Incra administrado pela esquerda petista, pela pastoral da terra e pela tecnocracia pró-latifúndio. Contrapressionará para que camponeses e latifúndios cedam um ao outro.

No entanto, dada a inviabilidade de solucionar o problema da terra no âmbito do capitalismo, que cada vez é mais concentrador de propriedades, esse campo de manobra se mostrará inútil e o choque se agravará ainda mais.

Os camponeses não podem confiar um só fio de cabelo no governo PT/Lula. Devem utilizar suas contradições para avançar a organização independente, lutando para que a solução da terra seja imposta pela luta de classes e pela aliança operária e camponesa.

Rondônia

"Almoço Lilás pela Paz"

No dia internacional da mulher, 8 de março, as direções têm promovido atos, que são verdadeiras macaquices. Descaracterizam a luta das mulheres, despolitizam ao máximo as atividades, teatralizam ao ponto do ridículo, transformam os eventos em festas de bexigas lilás e as reivindicações não passam de lamentações sobre a opressão do homem sobre a mulher.

O PT e o PCdoB têm sido os protagonistas dessa situação. Através dos sindicatos, organizam um setor de mulheres para fazer parte do

ato-encenação.

O que ocorreu em Porto Velho não foge do que vem há anos acontecendo no dia da mulher. O PT preparou um evento que terminava com os dizeres "almoço lilás pela paz" no maior restaurante da capital. O almoço foi com a presença de Fátima Cleide, senadora petista. O tema "lilás pela paz" fazia referência a cor típica do movimento das mulheres e a paz para não se esquecer que o movimento político é o da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. Certamente, o almoço era para poucos e

o slogan da paz servia apenas de adereço para a mesa do restaurante.

Os trabalhadores devem rejeitar a conduta dessas direções, que vivem no bem bom, e fazem das reivindicações, algumas específicas a exemplo da maternidade, motivo de teatralização e comemorações burguesas. A luta das mulheres contra a opressão é a luta para pôr abaixo o sistema capitalista, responsável por todo tipo de discriminação e exploração do trabalho. Portanto, faz parte do programa da classe operária que tem como estratégia a revolução social.

PCCS: Novo plano de carreira proposto pelo PT Arranca direitos e arrocha salários do funcionalismo paulista

A prefeitura petista de SP obedece rigorosamente a política neoliberal de “enxugamento” da máquina imposta pelo FMI/BID. O prefeito paulista é um dos poucos que paga em dia a dívida com a União, com os banqueiros e os empresários. Segue à risca a Lei de Responsabilidade Fiscal imposta pelo governo federal e não exita em se chocar com os trabalhadores, cortando e arrochando salários para ajustar o orçamento aos acordos e contratos.

É essa submissão que explica as mini reformas administrativas que vêm ocorrendo nos últimos meses. Todas têm obedecido a EC-019 de 1998, elaborada por FHC. A prefeitura pebebista, na época, não aplicou integralmente como fizeram os demais governadores e prefeitos, pois Pitta conseguiu arrochar em mais de 80% os salários do funcionalismo, naquela oportunidade. Hoje a prefeitura petista necessita aprofundar o arrocho salarial e acelerar as reformas neoliberais diante do agravamento da crise econômica.

Em nome da lei, no início de 2002, encaminhou os funcionários contratados para o INSS, por conta da arrecadação previdenciária. No final do ano, propôs um novo cálculo para os quinquênios e a sexta parte, como forma de reduzir a folha de pagamento. Por conta das manifestações dos servidores ainda não conseguiu aplicar essa nova fórmula. Deu uma aparente trégua durante o mês de janeiro, apostando no esfriamento do movimento e numa possível vitória judicial.

Agora, propõe um novo plano de cargos e salários, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Na essência cria critérios que dificultam a evolução funcional, introduz novos cálculos que impõem perdas de direitos e aprofunda o arrocho salarial. Os principais pontos do novo Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, são:

1) Agrupa os cargos pelo grau de escolaridade (básico, médio e superior) e não mais pela função ou área de trabalho. Assim, reduz a quantidade de cargos existentes, que hoje são 121. Passarão a ser 27.

2) O agrupamento dos cargos de nível básico se dá em um único cargo multifuncional, denominado Agente de Apoio. Assim os agentes escolares não pertencerão ao QE da Educação e poderão ser transferidos para outras secretarias conforme a necessidade da PMSP. Para esse nível exigirá a conclusão do ensino fundamental.

3) Acaba com a evolução funcional e a promoção por graus. O tempo de serviço só é computado para aposentadoria.

4) Institui a avaliação de desempenho e o concurso de promoção, baseados nas novas “competências” instituídas no PCCS para cada função, a exemplo de “nível de cortesia”

“plenas condições físicas e mentais”, etc. E somente 20% dos melhores classificados, no mesmo nível, irão obter a progressão.

5) A progressão necessita de tempo mínimo de 2 anos de efetivo exercício no nível da carreira, bem como, de 2 anos na categoria atual. Difere do atual plano de carreira, onde para evoluir de grau, necessita de um ano no mínimo no grau anterior. Só a primeira progressão necessita de no mínimo 2 anos.

6) Qualquer evolução/progressão só acontecerá desde que exista disponibilidade financeira orçamentária, ou seja, respeitará a Lei de Responsabilidade Fiscal.

7) No quadro básico, propõe a redução da diferença entre o piso e o teto da carreira em 46,6%. Hoje o piso da carreira, QPE-01-A é de R\$ 275,18 e com a gratificação chega a R\$ 400,00. Termina no QPE-010-E com um salário de R\$ 899,20. No novo plano, como há a incorporação das gratificações, o Nível I A, inicia com R\$ 416,16 e termina no Nível II E com R\$ 652,27. Como se vê, há um achatamento na carreira, entre o início e o fim de quase 50%.

8) O reenquadramento em qualquer função se dará com base no grau onde o servidor se encontra e a categoria correspondente na nova tabela. Não serão considerados como salário base os decorrentes de ações judiciais.

Ou seja, as perdas do governo Pitta serão mantidas.

9) No magistério, muda a nomenclatura Prof. Tit/Adj Ens. Fundamental I ou II e adota a mesma do estadual, para Prof. Educação Básica I e II, com formação superior

10) Terá uma carreira fechada para as ADIs – Auxiliares de Desenvolvimento Infantil. Hoje, elas trabalham 30 h com crianças nas creches e tem como formação em sua maioria nível fundamental. Somente 48% tem nível médio. Serão reenquadradas como Prof. Des. Infantil no novo plano, quando completarem o magistério. Há uma observação de que este cargo tende a desaparecer em 5 anos, com a conclusão do curso Normal Superior/Pedagogia que, estes profissionais estarão sujeitos. A polêmica instalada com a Secretaria de Gestão está justamente no fato de que esses profissionais, hoje trabalham com crianças de 0 a 3 anos e, futuramente trabalharão com crianças até 6 anos. Como ficará a jornada? Como ficam os professores de EMEIs e do Ensino de 1ª a 4ª séries, cuja jornada é de 25h/aulas na regência com alunos?

Tudo indica que o governo ampliará a jornada para 30 horas relógio. Essa transformação visa economia de recursos. Isso porque alivia falta de vagas deixando as crianças das 2 faixas etárias usando o mesmo espaço físico, hoje integrado nas CEIs, e portanto não será necessário construir mais creches necessárias

para atender a demanda. Por outro, unifica e amplia a jornada dos profissionais para 30h relógio, tendendo a acabar com a JEI (25horas/aula regência), como aconteceu no magistério estadual. Dessa forma amplia a jornada dos professores Fund I e barateia a mão de obra de todos que trabalharão nas CEIs ou nos futuros CÉUS, os tais projetos demagógicos do PT. Vale lembrar que no magistério estadual, a “carreira fechada” significou que um PEBI com doutorado não recebe o salário de um PEB II inicial, com licenciatura plena.

Como se vê, a mobilidade na carreira está condicionada à uma visão empresarial e de enxugamento do orçamento. Basta lembrar de alguns requisitos que serão cobrados nas avaliações de desempenho, como o nível de “cortesia” do servidor, do tendimento aos “clientes internos/externos” e o “pleno estado físico e mental”.

Para garantir a implantação deste novo modelo “enxuto” de carreira cria a competitividade entre os trabalhadores, semeando propaganda enganosa em cima das migalhas oferecidas.

E para não ser acusada de autoritária, procura mostrar um falso democratismo de gestão, estabelecendo o debate com as direções sindicais e determinando um prazo de 90 dias, após aprovação do plano na Câmara, para os servidores aderirem “democraticamente” o reenquadramento.

O Plano de Carreira é parte do acordo com BID/FMI/Municipalização

O plano de carreira é a destruição de conquistas sociais. Faz parte do plano mais geral de contenção dos gastos, de aumento da superexploração do trabalho e das demissões. É uma das peças da reforma educacional neoliberal iniciada por FHC. Assim como o Plano Decenal, a LDB, a lei do Fundef, tudo foi ajustado para “alfabetizar” o país, atendendo as metas do BID/Banco Mundial e usando o pífio orçamento existente. O piso médio nacional do professor de 1ª a 4ª séries deve estar de acordo com o valor do custo aluno anual, hoje R\$ 446,00 (1ª a 4ª) e R\$ 468,30 (5ª a 8ª). Como em SP os salários estão bem acima da média do país, há necessidade de um achatamento salarial. O novo plano de carreira foi apresentado com esse objetivo. Está moldado a um orçamento mais enxuto da prefeitura, que respeita a LRF determinada pelo FMI. Além disso, o PT necessita de mais verbas para continuar mantendo o assistencialismo eleitoreiro dos kits escolares. Com o agravamento da crise econômica, só poderá continuar fazendo essa demagogia solapando ainda mais os trabalhadores. Por isso, além desse novo PCCS, aplicará juntamente com os seus aliados do governo federal, as reformas da previdência e a trabalhista.

O PT não só cumpre a lei burguesa de corte dos gastos, como ajuda a elaborá-la para aplicá-la com mais eficiência junto aos trabalhadores.

Esse é a lei que o PT aplica: tira dos assalariados para favorecer os capitalistas. Na realidade, o PT vem aplicando a política neoliberal com mais afinco que o próprio PSDB e demais partidos burgueses.

Governo petista divide a categoria e os sindicatos colaboram com remendos ao PCCS e pressões parlamentares

A prefeitura elabora seus projetos e usa dos meios legais para obter a aprovação dos mesmos. A Câmara é o melhor espaço usado para isso. Como o PT tem maioria de vereadores, os projetos petistas são sempre apro-

vados, mesmo com emendas, que não alteram a essência deles. Mas antes de chegarem à Câmara, passam pela apreciação dos sindicalistas, agrupados no SINP.

Assim, o PCCS tem chegado à Câmara aos picados. Existem dois projetos, o das ADIs e o do Quadro básico.

As entidades sindicais estão divididas quanto ao PCCS. A Aprofem julga que tem aspectos positivos no plano. O Sindisep, Sindicato dos Servidores Públicos, aplaude o plano e tenta arrascar as ADIs à sua aprovação. O SINPEEM rejeitou o PCCS na primeira reunião de RE que ocorreu em 21.02. Porém manteve o método das pressões aos vereadores, quando das votações de cada projeto. Dessa forma faz o jogo de embates através de emendas. A tendência é do PCCS ser aprova-

do na totalidade, seja na calada da noite ou através de vetes colocados pela prefeitura aos "antiprojetos", como aconteceu com o dos professores adjuntos.

Os sindicatos não podem estar submetidos a essa jogatina parlamentar. As direções sindicais têm de impulsionar a luta do funcionalismo contra o PCCS e as demais reformas a partir das manifestações de ruas.

O POR tem participado das atividades e tem rechaçado esta política divisionista e o método das pressões parlamentares, insistentemente defendido pelo Pcdob e apoiado pelas demais correntes. Tem defendido o caminho das assembleias unitárias e a preparação da greve para impulsionar a campanha salarial e combater as reformas destruidoras das conquistas sociais que estão a caminho.

A utilização correta da tática revolucionária frente ao desenvolvimento da luta de classes é decisiva para o partido do proletariado colocar o entroncamento do movimento das massas com o programa da revolução social. O texto de Trotsky que publicamos abaixo traz valiosos ensinamentos da aplicação da tática de acordo com os acontecimentos. Deve ser estudado e utilizado com o mesmo sentido de exigência da realidade em que o partido atua.

Pela ruptura da coalizão com a burguesia (I)

(Carta a S.I., 24 de junho de 1931) - León Trotsky

Queridos camaradas:

Em uma carta ao camarada Lacroix (2) foi exposto algumas considerações complementares a respeito da situação espanhola. Infelizmente, não tenho uma formação completa que me permita conhecer a postura dos diversos grupos comunistas na Espanha frente aos problemas políticos atuais. Nessas condições, analisar a situação revolucionária se torna mais difícil do que jogar xadrez sem olhar o tabuleiro. Sempre ficam questões que exigem estudo complementar. Antes de recorrer à imprensa, gostaria de expor-lhes estas questões e, por intermédio seu, a todos os comunistas espanhóis e a todas as seções da Oposição internacional.

Uma parte considerável de meu artigo sobre os perigos que ameaçam a revolução espanhola está dedicado a demonstrar que entre a revolução democrático-burguesa de abril e a futura revolução proletária, não há lugar para uma revolução operário-camponesa intermediária. De passagem eu assinei que isto não significa que o partido do proletariado deva ocupar-se exclusivamente de aumentar suas forças "até a luta final". Uma concepção deste tipo seria anti-revolucionária e digna de um filisteu. Se bem que não pode existir uma *revolu-*

ção intermediária, um regime intermediário, podem sim ocorrer manifestações de massas intermediárias, greves, demonstrações, choques com a polícia e o exército, tremores revolucionários impetuosos, durante os quais os comunistas deverão estar nas primeiras fileiras do combate. Qual é a significação histórica destas lutas intermediárias? Por uma parte são susceptíveis de provocar mudanças democráticas no seio do regime democrático burguês, e por outro podem preparar as massas para a conquista do poder e para a criação do regime proletário.

A participação dos comunistas nestas lutas, e sobretudo na sua direção, exige deles, não só uma compreensão clara do desenvolvimento da revolução em seu conjunto, mas também a capacidade para lançar determinadas consignas ardentes e combativas, que não se depreendem diretamente do "programa", mas sim que são ditadas pelas circunstâncias de cada dia e impulsionam as massas para frente. (3)

Todo mundo conhece o enorme papel que jogou na Rússia a consigna bolchevique "Abaixo os dez ministros capitalistas!" durante a coalizão dos socialistas conciliadores e os liberais. As massas ainda tinham confiança nos socialistas conciliadores, mas inclusive as

massas mais confiantes tinham sempre uma instintiva desconfiança nos burgueses, exploradores, capitalistas. A tática dos bolcheviques se baseou sobre este fato durante todo um período. Não dizíamos: "Abaixo os ministros socialistas"! nem sequer "Abaixo o governo provisório"! Pelo contrário, rechaçávamos continuamente no mesmo ponto: "Abaixo os dez ministros capitalistas!" Esta consigna jogou um papel capital, já que permitiu às massas convencer-se de que os socialistas conciliadores tinham mais apego aos ministros capitalistas do que nas massas operárias. No estágio atual da revolução espanhola o que falta são as consignas desse tipo. A vanguarda do proletariado está interessada em que os socialistas tomem o poder em suas mãos. Por essa razão, é necessário romper a coalizão. Não poderá realizar-se tal ou qual etapa desse caminho senão que ligada a importantes acontecimentos políticos, sob a pressão de novos movimentos de massas etc. Sob uma pressão desse tipo foram expulsos sucessivamente do governo de coalizão Goutchkov, Miliukov, posteriormente o príncipe Lvov; Kerensky foi colocado na cabeça do governo, aumentou o número de "socialistas" etc...

Depois da chegada de Lenin, o partido bolchevique não se solidarizou ne-

nhum instante com Kerensky e os conciliadores. Entretanto, ajudava as massas a pôr a prova seu governo na ação. Esta foi uma etapa decisiva no ascenso dos bolcheviques ao poder.

Segundo se pode apreciar a partir daqui, as eleições às Cortes revelaram a extraordinária debilidade dos republicanos de direita, tipo Zamora-Maura. Deixaram passagem aos conciliadores pequeno-burgueses de diferentes colorações, radicais, radical-socialistas e "socialistas". Apesar disso, pode-se prever com segurança que os socialistas e os radical-socialistas colocarão todo empenho em ajudar seus aliados de direita. A consigna: "Abaixo Zamora-Maura!" É absolutamente ajustada. Somente fica por compreender que os comunistas não podem agitar em favor do ministério Lerroux, não devem tomar nenhuma responsabilidade a favor de um ministério socialista, mas terão de dirigir seus golpes contra o inimigo de classe mais determinado e mais conseqüente; com ele debilitam os conciliadores, abrindo o terreno ao proletariado. Os comunistas devem dizer aos operários socialistas: "Vocês têm confiança em seus dirigentes socialistas; obriga-lhes a tomar o poder, nós o ajudaremos, ainda que não temos confiança neles. Assim que estiverem no poder se colocarão a prova; então se verá quem tem razão, nós ou vocês". (4)

Abordei antes esse argumento, ligando-o à questão da composição das Cortes. Mas outros acontecimentos – como por exemplo a repressão contra as massas – pode dar uma oportunidade excepcional à consigna "Abaixo Zamora-Maura". A vitória nisso, isto é, renúncia de Zamora, pode ter nesse estágio, para o desenvolvimento posterior da revolução, quase o mesmo significado que a renúncia de Alfonso em abril.

Para lançar essa consigna não é preciso orientar-se em função de abstrações doutrinárias, mas sim segundo o estágio de consciência das massas, segundo a reação que experimentam as massas diante de cada vitória parcial.

Opor pura e sensivelmente à consigna de "Ditadura do proletariado" ou "República operário-camponesa" é absolutamente desorientador na atual fase, já que essas consignas não chegam ao coração das massas. (5)

A propósito disso surge de novo a questão do "socialfascismo". Esta estúpida invenção da burocracia, terrivelmente esquerdista, resulta atualmente na Espanha o maior obstáculo à revolução proletária. Votemos de novo à experiência russa. Os mencheviques e socialistas revolucionários no poder, continuavam a guerra imperialista, defendiam os capitalistas, perseguiram e prendiam os soldados operários e camponeses. Restabeleceram a pena de morte, protegiam os assassinos dos bolcheviques, obrigavam Lenin a viver na clandestinidade, encarceravam outros dirigentes bolcheviques atribuindo-lhes as piores calúnias. Tudo isso era suficiente para qualificá-los de "socialfascistas". Mas, como é sabido, em 1917 não existia esse termo, o qual não impediu os bolcheviques tomar o poder. Depois das terríveis perseguições de julho e a agosto, os bolcheviques fizeram frente comum com os "socialfascistas" nos organismos de luta contra Kornilov. Depois de sua saída da clandestinidade, Lenin propôs o seguinte acordo aos "socialfascistas": "Rompa com a burguesia, tome o poder e nós os bolcheviques lutaremos pelo poder de forma pacífica no seio dos soviets". Se não havia nenhuma diferença entre os conciliadores e Kornilov, que era realmente um "fascista", não teria sido possível nenhuma luta comum entre os bolcheviques e os conciliadores contra Kornilov. Sem dúvida esta luta, ao rechaçar o ataque contra-revolucionário dos generais e ajudar aos bolcheviques arrancar as massas da influência dos conciliadores, teve um papel decisivo no desenvolvimento da revolução. (6)

A natureza da democracia pequeno-burguesa consiste precisamente em que oscila continuamente entre o comunismo e o fascismo. No curso de uma revolução, estas oscilações se acentuam de forma particular. Considerar os socialistas espanhóis como uma espécie de fascistas, significa renunciar a utilizar suas inevitáveis oscilações para a esquerda, significa cortar-se num mesmo ponto até os operários socialistas e sindicalistas.

Para terminar, assinalaria que atualmente a crítica implacável aos anarco-sindicalistas é uma tarefa fundamental, que não deve ser descuidada nem um minuto. O ponto alto do

anarco-sindicalismo constitui a forma mais disfarçada, mais traiçoeira e mais perigosa da conciliação com a burguesia. Entre os operários anarco-sindicalistas de base há uma imensa força potencial para a revolução. A tarefa fundamental dos comunistas com respeito a isso deve ser a mesma com respeito aos socialistas: enfrentar pela base as direções. Sem dúvida, o trabalho deve adaptar-se às características específicas da organização sindical, e ao caráter particular de sua cobertura anarquista. Já falei disso em outra carta.

Insisto mais uma vez: é preciso juntar artigos, resoluções, panfletos etc.

das organizações revolucionárias e dos grupos espanhóis, traduzi-los para o francês e enviá-los a outras seções para que sejam traduzidos em outras línguas.

Cordiais saudações revolucionárias

Vosso L. Trotsky

(Extraído do livro *La Revolucion Española*, vol. 1, León Trotsky, pag.172)

Notas:

1. Publicado pela primeira vez em *O Militante*, de 25 de julho de 1931, sob o título "Down with Zamora-Maura!".

2. Henri Lacroix era secretário geral da oposição de esquerda espanhola.

3. Trotsky assinala aqui a necessidade, assinalada já na Internacional comunista no tempo de Lenin, de lançar consignas de "transição" susceptíveis de mobilizar as massas.

4. Trotsky desenvolve aqui argumentação proposta já a partir de 1922 pela Internacional comunista, para a consigna de "governo operário". O mesmo argumento o leva a propor na França o "governo Blum-Cachin".

5. Uma das lições que tirou a Internacional Comunista do fracasso da revolução alemã de 1918-1919, foi precisamente o que os Spartakistas careciam de uma consigna transitória em nível de governo, e se haviam que contentar em pedir para os conselhos um poder que estes se apressaram a entregar a uma assembleia eleita.

6. Na política levada pelos bolcheviques contra o golpe militar de Kornilov, Trotsky viu um modelo de estratégia de unidade das forças operárias, a "frente única operária", cuja fórmula não foi concretizada pela Internacional comunista, apoiada em arte sobre esse precedente, até dezembro de 1921.

As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo

V. I. Lênin, Março de 1913

Publicamos este texto em homenagem aos 120 anos da morte de Karl Marx, fundador do socialismo científico. Trata-se de um artigo de Lênin, quando fizeram 30 anos da morte de Marx.

A doutrina de Marx suscita em todo o mundo civilizado a maior hostilidade e o maior ódio de toda a ciência burguesa (tanto a oficial como a liberal), que vê no marxismo uma espécie de "seita perniciosa". E não se pode esperar outra atitude, pois numa sociedade baseada na luta de classes não pode haver ciência social "imparcial". De uma forma ou de outra, toda a ciência oficial e liberal defende a escravidão assalariada, enquanto o marxismo declarou uma guerra implacável a essa escravidão. Esperar que a ciência seja imparcial numa sociedade de escravidão assalariada seria uma ingenuidade tão pueril como esperar que os fabricantes sejam imparciais quanto à questão da conveniência de aumentar os salários dos operários diminuindo os lucros do capital.

Mas não é tudo. A história da filosofia e a história da ciência social ensinam com toda a clareza que no marxismo não há nada que se assemelhe ao "sectarismo", no sentido de uma doutrina fechada em si mesma, petrificada, surgida à margem da estrada real do desenvolvimento da civilização mundial. Pelo contrário, o gênio de Marx reside precisamente em ter dado respostas às questões que o pensamento avançado da humanidade tinha já colocado. A sua doutrina surgiu como a continuação direta e imediata das doutrinas dos representantes mais eminentes da filosofia, da economia política e do socialismo.

A doutrina de Marx é poderosa porque é exata. É completa e harmoniosa, dando aos homens uma concepção integral do mundo, inconciliável com toda a superstição, com toda a reação, com toda a defesa da opressão burguesa. O marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política

inglesa e o socialismo francês.

Vamos deter-nos brevemente nestas três fontes do marxismo, que são, ao mesmo tempo, as suas três partes constitutivas.

I

A filosofia do marxismo é o materialismo. Ao longo de toda a história moderna da Europa, e especialmente em fins do século XVIII, em França, onde se travou a batalha decisiva contra todas as velharias medievais, contra o feudalismo nas instituições e nas idéias, o materialismo mostrou ser a única filosofia conseqüente, fiel a todos os ensinamentos das ciências naturais, hostil à superstição, à beatice etc. Por isso, os inimigos da democracia tentavam com todas as suas forças "refutar", desacreditar e caluniar o materialismo e defendiam as diversas formas do idealismo filosófico, que se reduz sempre, de um modo ou de outro, à defesa ou ao apoio da religião.

Marx e Engels defenderam resolutamente o materialismo filosófico e explicaram repetidas vezes quão profundamente errado era tudo quanto fosse desviar-se dele. Onde as suas opiniões aparecem expostas com maior clareza e pormenor é nas obras de Engels *Ludwig Feuerbach e Anti-Dühring*, as quais - da mesma forma que o *Manifesto Comunista* - são os livros de cabeceira de todo o operário consciente.

Marx não se limitou, porém, ao materialismo do século XVIII; pelo contrário, levou mais longe a filosofia. Enriqueceu-a com as aquisições da filosofia clássica alemã, sobretudo do sistema de Hegel, o qual conduziu por sua vez ao materialismo de Feuerbach. A principal dessas aquisições é a dialética, isto é, a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta de unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em constante desenvolvimento. As descobertas mais recentes das ciências naturais - o rádio, os elétrons, a

transformação dos elementos

confirmaram de maneira admirável o materialismo dialético de Marx, a despeito das doutrinas dos filósofos burgueses, com os seus "novos" regressos ao velho e podre idealismo.

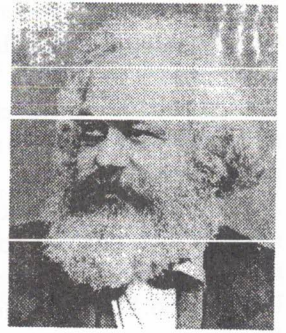
Aprofundando e desenvolvendo o materialismo filosófico, Marx levou-o até ao fim e estendeu-o do conhecimento da natureza até ao conhecimento da sociedade humana. O materialismo histórico de Marx é uma conquista formidável do pensamento científico. Ao caos e à arbitrariedade que até então imperavam nas concepções da história e da política sucedeu uma teoria científica notavelmente integral e harmoniosa, que mostra como, em consequência do crescimento das forças produtivas, se desenvolve de uma forma de vida social uma outra mais elevada, como, por exemplo, o capitalismo nasce do feudalismo.

Assim como o conhecimento do homem reflete a natureza que existe independentemente dele, isto é, a matéria em desenvolvimento, também o conhecimento social do homem (ou seja: as diversas opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas etc.) reflete o regime econômico da sociedade. As instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base econômica. Assim, vemos, por exemplo, como as diversas formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado.

A filosofia de Marx é o materialismo filosófico acabado, que deu à humanidade, à classe operária sobretudo, poderosos instrumentos de conhecimento.

II

Depois de ter verificado que o regime econômico constitui a base sobre a qual se ergue a superestrutura política, Marx dedicou-se principalmente ao estudo deste regime econômico. A obra principal de Marx, *O Capital*, é dedicada



ao estudo do regime econômico da sociedade moderna, isto é, da sociedade capitalista.

A economia política clássica anterior a Marx tinha-se formado na Inglaterra, o país capitalista mais desenvolvido. Adam Smith e David Ricardo lançaram nas suas investigações do regime econômico os fundamentos da teoria do valor-trabalho. Marx continuou a sua obra. Fundamentou com toda a precisão e desenvolveu de forma conseqüente aquela teoria. Mostrou que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção.

Onde os economistas burgueses viam relações entre objetos (troca de umas mercadorias por outras), Marx descobriu relações entre pessoas. A troca de mercadorias exprime a ligação que se estabelece, por meio do mercado, entre os diferentes produtores. O dinheiro indica que esta ligação se torna cada vez mais estreita, unindo indissolúvelmente num todo a vida econômica dos diferentes produtores. O capital significa um maior desenvolvimento desta ligação: a força de trabalho do homem torna-se uma mercadoria. O operário assalariado vende a sua força de trabalho ao proprietário da terra, das fábricas, dos instrumentos de trabalho. O operário emprega uma parte do dia de trabalho para cobrir o custo do seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte do dia, trabalha gratuitamente, criando para o capitalista a mais-valia, fonte dos lucros, fonte da riqueza da classe capitalista.

A teoria da mais-valia constitui a pedra angular da teoria econômica de Marx. O capital, criado pelo trabalho do operário, oprime o operário, arruina o pequeno patrão e cria um exército de desempregados. Na indústria, é imediatamente visível o triunfo da grande produção; mas também na agricultura deparamos com o mesmo fenômeno: aumenta a superioridade da grande exploração agrícola capitalista, cresce o emprego de maquinaria, a propriedade camponesa cai nas garras do capital financeiro, declina e arruina-se sob o peso da técnica atrasada. Na agricultura, o declínio da pequena produção reveste-se de outras formas, mas esse declínio é um fato indiscutível.

Esmagando a pequena produção, o

capital faz aumentar a produtividade do trabalho e cria uma situação de monopólio para os consórcios dos grandes capitalistas. A própria produção vai adquirindo cada vez mais um caráter social - centenas de milhares e milhões de operários são reunidos num organismo econômico coordenado - enquanto um punhado de capitalistas se apropria do produto do trabalho comum. Crescem a anarquia da produção, as crises, a corrida louca aos mercados, a escassez de meios de subsistência para as massas da população.

Ao aumentar a dependência dos operários relativamente ao capital, o regime capitalista cria a grande força do trabalho unido. Marx traçou o desenvolvimento do capitalismo desde os primeiros germes da economia mercantil, desde a troca simples, até às suas formas superiores, até à grande produção. E de ano para ano a experiência de todos os países capitalistas, tanto os velhos como os novos, faz ver claramente a um número cada vez maior de operários a justeza desta doutrina de Marx.

O capitalismo venceu no mundo inteiro, mas esta vitória não é mais do que o prelúdio do triunfo do trabalho sobre o capital.

III

Quando o regime feudal foi derrubado e a livre sociedade capitalista viu a luz do dia, tornou-se imediatamente claro que essa liberdade representava um novo sistema de opressão e exploração dos trabalhadores. Como reflexo dessa opressão e como protesto contra ela, começaram imediatamente a surgir diversas doutrinas socialistas. Mas o socialismo primitivo era um socialismo utópico. Criticava a sociedade capitalista, condenava-a, amaldiçoava-a, sonhava com a sua destruição, fantasiava sobre um regime melhor, queria convencer os ricos da imoralidade da exploração.

Mas o socialismo utópico não podia indicar uma saída real. Não sabia explicar a natureza da escravidão assalariada no capitalismo, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar a força social capaz de se tornar a criadora da nova sociedade. Entretanto, as tempestuosas revoluções que acompanha-

ram em toda a Europa, e especialmente na França, a queda do feudalismo, da servidão, mostravam cada vez com maior clareza que a luta de classes era a base e a força motriz de todo o desenvolvimento.

Nenhuma vitória da liberdade política sobre a classe feudal foi alcançada sem uma resistência desesperada. Nenhum país capitalista se formou sobre uma base mais ou menos livre, mais ou menos democrática, sem uma luta de morte entre as diversas classes da sociedade capitalista.

O gênio de Marx está em ter sido o primeiro a ter sabido deduzir daí a conclusão implícita na história universal e em tê-la aplicado conseqüentemente. Tal conclusão é a doutrina da luta de classes.

Os homens sempre foram em política vítimas ingênuas do engano dos outros e do próprio e continuarão a sê-lo enquanto não aprenderem a descobrir por trás de todas as frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais, os interesses de uma ou outra classe. Os

partidários de reformas e melhoramentos ver-se-ão sempre enganados pelos defensores do velho, enquanto não compreenderem que toda a instituição velha, por mais bárbara e apodrecida que pareça, se mantém pela força de umas ou de outras classes dominantes. E para vencer a resistência dessas classes só há um meio: encontrar na própria sociedade que nos rodeia, educar e organizar para a luta, os elementos que possam - e, pela sua situação social, devam - formar a força capaz de varrer o velho e criar o novo.

Só o materialismo filosófico de Marx indicou ao proletariado a saída da escravidão espiritual em que vegetaram até hoje todas as classes oprimidas. Só a teoria econômica de Marx explicou a situação real do proletariado no conjunto do regime capitalista.

No mundo inteiro, da América ao Japão e da Suécia à África do Sul, multiplicam-se as organizações independentes do proletariado. Este educa-se e instrói-se travando a sua luta de classe; liberta-se dos preconceitos da sociedade burguesa, adquire uma coesão cada vez maior, aprende a medir o alcance dos seus êxitos, tempera as suas forças e cresce irresistivelmente.

Nesta edição:

- Bolívia
Agrava-se a tragédia do desemprego massivo
Continuam as lutas na Bolívia
Como um militante revolucionário deve atuar na atual situação político-social?
Qual é o papel que o militante deve jogar no seio das massas radicalizadas
- Os estudantes devem se mobilizar contra a guerra imperialista



Artigos do Cerqui Comitê de Eniace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

Agrava-se a tragédia do desemprego massivo

O governo joga com a demagogia do plano Arrancar a supressão da miséria extrema

A direção dos desempregados convertida em instrumento do governo

As bases da Associação de Desempregados denunciam a conduta traidora de seus dirigentes, que depois de quase cinco meses de diálogos intermináveis e quase sempre em meio à escuridão, agora pedem que se apertem ainda mais os cintos e esperem mais uma semana para conseguir o trabalho eventual e mal pago pelo Plano.

A falta de conduta dos dirigentes põe em evidência que o Plano é um projeto pequeno ao extremo. Pois não pode absorver a enorme massa de desempregados que agonizam em meio à fome.

As autoridades governamentais vêm criando obstáculos que impedem o acesso de todos os desempregados ao Plano. A burocracia estatal obstaculiza a regularização dos certificados de nascimento.

O Plano é uma armadilha criada pelo governo

Os operários de base já estão convencidos de que o Plano foi idealizado pelo governo para imobilizar a massa de desempregados, que pedia desesperadamente o trabalho. A massa faminta se

consolou por algum tempo com a ilusão que os trabalhadores eventuais se substituiriam automaticamente por permanentes. Também se iludiram de que os salários miseráveis seriam melhorados rapidamente graças à pressão sindical.

A experiência tem ensinado que essas ilusões não podem traduzir-se em realidades palpáveis.

As massas têm amadurecido para lutar por medidas que realmente acabem com o desemprego massivo.

Lutar pela escala móvel de horas de trabalho e salário mínimo vital.

Unicamente assim se poderá acabar com o desemprego massivo e a miséria extrema.

A escala móvel de horas de trabalho acabará com o desemprego massivo e o salário mínimo vital com escala móvel de acordo com os preços das mercadorias com a miséria extrema. O governo que não aplica estas medidas deve ser derrubado pelas massas.

Quando o proletariado radicalizado está nas ruas, é o nosso caso, sua política pode encarnar-se nos universitários ou em outros setores sociais

A enorme crise econômica que impe- ra no mundo descarrega suas chicotadas sobre as universidades dos países atra-

sados, entre eles as bolivianas, pese o enorme peso que tem o analfabetismo no país altiplano.

O mal governo, subserviente ao imperialismo (multinacionais) está vivamente interessado em livrar-se do peso de suas obrigações, particularmente das econômicas, da educação em geral e também da universitária. Nesse plano, a burguesia em decadência aparece muito mais reacionária que a da época do auge do liberalismo. Não há que estranhar esse fenômeno porque as marcas da barbárie que avançam no seio da sociedade burguesa golpeiam também a educação em geral.

O poder executivo absorve para seu bolso a maior parte das esmolas que recebem do exterior. Quer justificar o abandono da educação em geral e também a universitária com o argumento da fraqueza de verba estatal.

Os ministros, apoiados pelas autoridades e por parte do corpo de docentes, não se cansam de sugerir que as universidades devem ver a melhor forma de autofinanciar seu sustento e descarregar os gastos do ensino superior sobre os alunos

Corre-se sério risco de converter o ensino superior em um privilégio para os ricos, o que não quer dizer que melhora a qualidade. As universidades continuarão sendo péssimas e cada vez mais serão frequentadas pelos ricos.

O que nos ensina a história

A longa luta dos bolivianos por colocar o ensino em seu conjunto ao alcance do grosso da população nos tem deixado valiosos ensinamentos. Assinalamos o

Continuam as lutas na Bolívia

A seguir publicamos notícias de jornais bolivianos que mostram que a luta não parou na Bolívia e que, ao contrário, tendem a se generalizar.

Começaram os “protestos pacíficos” dos cocaleros em Cochabamba

Uns 2.500 cocaleros obstruíram no dia 13 de março, por várias horas, o trânsito nos primeiros quilômetros da rodovia Cochabamba - Santa Cruz. Os produtores de coca realizaram uma “marcha pacífica” que pretendia chegar até os escritórios do Programa de Desenvolvimento Alternativo.

O numeroso grupo, que fechava a rodovia em toda sua extensão, foi detido pela polícia a uns dois quilômetros da cidade e seus líderes decidiram voltar caminhando a Cochabamba. A via esteve fechada ao trânsito entre as 10 e às 12 horas. Segundo Apolonia Fernández, dirigente da Federação Especial do Trópico, os cocaleros não “perderão mais tempo em reuniões” e exigem um encontro de alto nível com o Presidente para definir a extensão dos cocais que poderão cultivar, enquanto dure o estudo do mercado legal da coca.

Como podemos ver apesar da radicalidade dos companheiros cocaleros, ainda se iludem com suas direções que não se colocam pelo livre cultivo e industrialização da folha de coca. Por outro lado, confiam em conversações com o governo pró-imperialista. O POR boliviano tem indicado que o movimento tem de se unificar e se dirigir

fundamental.

A educação é péssima porque tem como base o capitalismo em decadência.

A ordem social burguesa traduz a exigência de sua estrutura econômica de separar totalmente a teoria (reservada à burguesia e a seus auxiliares) e a prática (atividade do assalariado, que para ser do agrado do explorador e opressor deve ser executada com eficácia, em silêncio e comendo pouco). A educação

contra o Estado burguês, seu governo e o imperialismo.

Foi declarada a greve de fome seca na Universidade de Santa Cruz

A greve de fome que vinha sendo feita há 16 dias pelo secretário executivo do Centro de Ciências da Comunicação, Jorge Canasa, estudante de 23 anos, se radicalizou no dia 14 de março em uma greve de fome seca, ou seja, greve sem ingestão de água.

Essa medida se deu como forma de combater a corrupção no interior da Universidade Autónoma Gabriel René Moreno (UAGRM).

A decisão foi tomada depois que o Conselho Universitário da Universidade Pública aprovou a formação de comissões de fiscalização do orçamento universitário sem a participação dos estudantes.

Outros grevistas indicaram que se juntariam ao jejum “seco” em apoio ao companheiro que se encontra em perigo de vida e não levantarão a medida enquanto não se tornarem transparentes as investigações de corrupção na universidade pública e da ampliação do orçamento da mesma pelo governo.

Nos últimos dias, várias denúncias de atos de corrupção, nepotismo e duplos salários na UAGRM foram feitas nos diversos meios de comunicação, sem que as autoridades se comprometam a investigar ou pôr um fim nas irregularidades demonstradas.

capaz de forjar o homem humano será produto da sociedade sem classes. isto é do comunismo.

Toda vez que se tem lutado para unir teoria e prática e conquistar as condições materiais para um bom funcionamento das universidades, tem-se se chocado com a incapacidade dos governantes. A luta nos tem levado a enfrentar a sociedade burguesa. Agora devemos ir à luta sabendo que a resposta é a revolução.

(Extraído do jornal Masas Boliviano, nº1844, 28 de fevereiro de 2003)

Vallegrande e Camiri se solidarizam

Estudantes, docentes e funcionários da Faculdade Integral do Chaco (Camiri) bloquearam dia 14 de março, um trecho da rodovia Yacuiba - Santa Cruz. A medida foi uma mostra de solidariedade com a UAGRM e sua reivindicação de maior orçamento, ao governo. O Comitê Cívico da cidade de Vallegrande decretou uma paralisação cívica para engrossar o movimento.

Demissões massivas na YPFB

O dirigente petroleiro e secretário de organização da COB, Milton López, denunciou que em Cochabamba foram despedidos todos os dirigentes sindicais da indústria petrolífera estatal YPFB.

Afirmou que o presidente Raúl Lema Patiño do MNR, se opõe à sindicalização dos trabalhadores sob pena de demissão.

Essa mesma atitude vem sendo tomada nas empresas petrolíferas privatizadas, proibindo terminantemente a sindicalização,

Na YPFB de Santa Cruz foram despedidos 55 trabalhadores. Foram substituídos por militantes do MNR.

O dirigente disse que as empresas privatizadas iniciaram a demissão de funcionários nos últimos dias, justamente quando o governo faz uma campanha de revitalizar as instituições e as empresas para gerar empregos.

Bolívia:

Como um militante revolucionário deve atuar na atual situação político-social?

Muitas vezes se constata que a radicalização das massas empurra os militantes ao isolamento e percebe-se a incompreensão deste do fenômeno político e social. O militante revolucionário profissional deve afinar seu trabalho para compreender as novidades dos recentes acontecimentos

A Agudização da Luta de classes

Estamos vivendo um processo de agudização da luta de classes, as massas estão se radicalizando, avançando no processo da ascensão da luta.

Isto não é feito de maneira gradual e uniforme, mas aos saltos, avançando e retrocedendo. O ascenso pode ou não concluir na insurreição, mas se projeta

para ela.

Não se trata de um fenômeno corrente, de todos os dias, mas que vem se opondo as etapas de retrocesso e de derrota das massas.

Mas então por que os militantes, mesmo os que são mais treinados na teoria, não compreendem este fenômeno e muito menos as atitudes surpreendentes das massas, inclusive das que dão a impressão que nunca assumirão atitudes insurrecionais etc?

Porque estão acostumados a esperar avanços progressivos, graduais dos simpatizantes, dos que começam a estudar o marxismo.

Trata-se de um fenômeno surpreendente, que ocorre inclusive em grupos de analfabetos, que nunca escutaram que existe marxismo.

Isto porque atua nas massas o impulso instintivo e não as análises teóricas.

O que o Militante Deve Fazer

Sua tarefa é a de revelar o conteúdo político das ações impulsivas das massas e enunciar sua projeção para o futuro.

Mas para isto tem que se meter no seio das massas que estão nas ruas, selecionar os melhores e trabalhar com eles, analisando tudo o que fazem.

Devem difundir massivamente o periódico partidário e antes de falar seu conteúdo deve entender devidamente de que consiste. Somente assim poderão descobrir para onde se dirigem as massas neste momento.

(extraído do Masas boliviano n.º 1841 de 07/02/2003)

Qual é o papel que o militante deve jogar no seio das massas radicalizadas

Freqüentemente a militância partidária, que lê os textos clássicos, se vê empurrada para a direita pela ação impetuosa e instintiva das massas em luta nas ruas.

Defeito na Formação do Militante

E isto é mais sentido se provém da universidade, o que faz com que acredite que conheça todo o marxismo, porque leu vários textos e sabe repetir mecanicamente muitos de seus capítulos. Mas em sua atividade diária demonstrará não haver assimilado devidamente a teoria de Marx, porque não conhece as leis de desenvolvimento e transformação qualitativa do país em que trabalha. Esta deficiência se traduz na incapacidade de desenhar a perspectiva política dos fenômenos sociais que se desenvolvem diante de seus olhos.

A essência deste defeito está em que houve um descuido na assimilação e no estudo autocrítico da atividade instintiva das massas, que só se pode conhecer

no seio das massas assalariadas, não proprietárias dos meios de produção.

Este defeito no conhecimento do marxismo determina a aparição de ca-

mas de militantes que são estranhos ao marxismo, ou seja, ao programa do POR, por isto mesmo estes poristas não podem compreender o que os explorados estão fazendo com suas mãos e qual o destino do país.

Para superar estes problemas, deve-se superar as deficiências da militância, empurrando-a para o seio das massas, sem levar em conta quem as dirigem, a fim de que assim possam sanar seus erros e adquirir a capacidade para assinalar devidamente o marxismo. Os operários analfabetos serão os mestres dos acadêmicos.

Como assinalar a perspectiva política do que as massas fazem hoje? Tendo uma idéia clara de como atua a lei fundamental da história em um país capitalista atrasado. O fundamental está em que as massas (que expressam a propriedade social) se rebelam contra a grande propriedade privada burguesa (multinacionais), que é o caminho para o comunismo.

(extraído do Masas boliviano n.º 1842 de 14/02/2003)

Adquira com o distribuidor deste jornal:

O caráter do governo do PT e os primeiros passos do governo Lula



Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Manifesto à Juventude

Os estudantes devem se mobilizar contra a guerra imperialista

Contra a vontade da maior parte da população mundial, os Estados Unidos vão à guerra. O verdadeiro objetivo é de apossar da segunda maior reserva de petróleo do mundo, que está sob o solo do Iraque. A ocupação militar desse país permitirá aos Estados Unidos um maior controle do Oriente Médio.

Mas os interesses econômicos da burguesia norte-americana vão além. Os Estados Unidos têm uma gigantesca indústria armamentista. O que levou a uma superprodução de material bélico. Esse ramo tem um importante peso na sua economia interna. A guerra é um meio de usar parte desse grande arsenal.

Os monopólios e a oligarquia financeira estão por detrás do governo Bush; e este transforma os interesses econômicos em guerra contra um povo oprimido, cuja única capacidade de defesa está na sua disposição de sacrifício e de heroísmo.

O imperialismo provocará um genocídio e continuará a espalhar a mentira de que seu objetivo é pôr fim aos perigos do armamento de um governo ditatorial e do terrorismo. O imperialismo continuará falsificando com o argumento de que a guerra genocida é para a paz mundial e concórdia entre os povos.

Mas a democracia das potências e sua paz são as do esmagamento dos povos e governos que ousam defender sua soberania, sua autodeterminação. A cooperação e a liberdade das potências são as da escravização dos povos pelo capital financeiro e monopólios industriais e comerciais.

O imperialismo é o domínio exercido pela minoria que concentra o capital financeiro e o poder militar sobre a maioria dos países que compõem o mundo. Esse domínio não tem como ser mantido apenas por meios econômicos. É preciso o uso de uma poderosa máquina de guerra.

A violência reacionária é própria da constituição do capitalismo como um sistema de exploração do trabalho e de domínio dos mais fortes países contra os mais fracos. Mais ainda: as guerras são utilizadas para destruir riquezas diante das crises de superprodução. Por meio da destruição de forças produtivas em grande escala, a burguesia reanima seus negócios. É por meio também das guerras que a burguesia imperialista re-

parte o mundo entre si e subjuga ainda mais as fracas nações. As duas grandes guerras mundiais são exemplos disso.

As potências não têm como manter sua máquina econômica funcionando sem que utilize largamente o saque das nações subjugadas. Os pesados endividamentos, a exploração dos recursos naturais, o controle monopolista dos ramos fundamentais da produção, o manejo do mercado internacional, imposição de acordos comerciais que desnacionalizam ou quebram ramos internos, todas essas características estão a nossas vistas e são próprias do sistema capitalista na sua fase última de desenvolvimento, que é a do imperialismo.

Ocorre que o capitalismo é um sistema econômico em decomposição. O que quer dizer que já não pode desenvolver as forças produtivas uma vez que estas já se encontram altamente desenvolvidas e não mais cabem nas relações de produção sob a forma dos monopólios e do parasitismo do capital financeiro. Essas mesmas forças produtivas estão encarceradas no interior de cada país, sendo que o mercado mundial se estreitou enquanto que a capacidade de produção aumentou enormemente. A alta concentração de riqueza nas sete maiores potências tem, em contrapartida, a concentração da pobreza no restante do mundo.

É essa lei de funcionamento do capitalismo que precisa ser compreendida, para assim se compreender que as guerras provocadas pelas potências são erupções violentas e bárbaras da decomposição. Aqueles que se colocam contra a guerra, mas não admitem que esta é uma consequência do capitalismo que apodrece e se negam a dizer claramente que se trata de um ataque sanguinário do imperialismo, serão inconseqüentes no combate a esse mal.

Não haverá paz sob o imperialismo. Mesmo que a maioria da população mundial aspire a paz, a burguesia monopolista levará seus governos a acionar as guerras. Há um outro lado que deve ser observado. Ainda que não se tenha uma guerra declarada, os povos oprimidos estão sob a coação armada das potências imperialistas. A paz sob o imperialismo será sempre a da dominação. Será sempre uma máscara co-

locada na face do capitalismo para esconder as raízes das guerras e de outras formas de opressão.

Aqueles que apoiam o desarmamento do Iraque pelos inspetores da ONU, como solução pacífica, acabam por se colocar no campo do intervencionismo imperialista. Isso porque viola o princípio da autodeterminação dos povos. As potências possuem uma máquina infernal de guerra, que movimenta bilhões de dólares no comércio de armas. Elas têm todo tipo de material bélico de alta destruição. E é com esse poder que o imperialismo arma e desarma os países semicoloniais. A maior ameaça à humanidade é o arsenal nuclear dos Estados Unidos. Aceitar o intervencionismo "pacífico" ou não-pacífico significa admitir o imperialismo como força controladora do mundo. A ONU é um organismo mundial do imperialismo. Foi criada para garantir a partilha do mundo pelas potências.

A luta da classe operária, demais explorados e da juventude contra a guerra de opressão nacional levado a cabo pelos Estados Unidos tem de se colocar no terreno da luta de classes e do levante dos povos oprimidos. Combater a guerra imperialista é enfrentar a burguesia em cada país. Trata-se de defender a expropriação dos monopólios, impor o controle operário da produção e dirigir-se a derrubar a burguesia do poder do Estado.

Essa tarefa histórica não será realizada de uma hora para outra. Mas deve estar presente no combate antiimperialista à guerra. A bandeira que no momento se contrapõe frontalmente ao colonialismo imperialista é a da defesa da autodeterminação dos povos, que implica inclusive o direito do Iraque se armar. Somente o povo iraquiano pode decidir o destino do governo Saddam e do armamento.

A luta para derrotar a ofensiva militar dos Estados Unidos exige que a classe operária, camponeses, demais explorados e a juventude constituam um grande movimento de frente única antiimperialista.

Viva a resistência mundial contra a guerra do imperialismo!

Defendamos o direito incondicional da autodeterminação dos povos!

Constituir os comitês de frente única antiimperialista!